



BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

Ativo	2012		2011		Passivo	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011		2012	2011	2012	2011
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	1.554	2.954			Fornecedores de materiais e serviços (Nota 13)	25.041	362.625		
Aplicações financeiras (Nota 5)	48.214	109.163			Impostos, taxas e contribuições (Nota 14)	8.144	125.698		
Contas a receber de terceiros, ligadas (Nota 6)	2.089	296.873			Contas a pagar com partes relacionadas (Nota 17)	182.683	247.267		
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 17)	4	-			Dividendos a pagar	-	240		
Estoques (Nota 7)	538	93.063			Receita diferida "pré-pago"	-	40.962		
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 8)	29.943	146.203			Outros passivos	5.535	12.715		
Outros ativos	200	9.213				221.403	789.507		
	82.585	657.469			Não circulante				
Não circulante					Obrigações legais vinculadas a processos judiciais (Nota 15a)	259.156	206.724		
Créditos com partes relacionadas (Nota 17)	3.962	3.962			Provisão para descontinuidade de ativos (Nota 16)	61.264	46.838		
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 8)	234.608	334.787				320.420	253.562		
Depósitos judiciais (Nota 15c)	63.165	47.941			Patrimônio líquido e recursos de acionistas para futuro aumento de capital (Nota 19)				
Aplicação financeira (Nota 5)	-	2.437.386			Capital social	4.149.782	3.178.015		
Outros ativos	-	3.614			Reserva legal	46.552	45.255		
	301.735	2.827.690			Reserva especial para dividendos não distribuídos	319.102	294.715		
Investimento (Nota 10)	4.284.196	-			Total do patrimônio líquido	4.515.436	3.517.985		
Imobilizado líquido (Nota 11)	428.526	969.744			Recursos de acionistas para futuro aumento de capital	39.812	39.812		
Intangível líquido (Nota 12)	29	145.963			Total do patrimônio líquido e recursos de acionistas para futuro aumento de capital	4.555.248	3.557.797		
	5.014.486	3.943.397			de capital	4.555.248	3.557.797		
Total do ativo	5.097.071	4.600.866			Total do passivo e patrimônio líquido	5.097.071	4.600.866		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RECURSOS DE ACIONISTAS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2010	Capital social	Reserva legal	Reserva Especial para dividendos não distribuídos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido	Recursos de acionistas para futuro aumento de capital	Total
Aumento de capital	909.194	43.989	460.123	-	1.413.306	39.812	1.453.118
Dividendos pagos	-	-	(189.214)	-	(189.214)	-	(189.214)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	25.312	25.312	-	25.312
Destinação do lucro líquido:							
Constituição da reserva legal	-	1.266	-	(1.266)	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	(240)	(240)	-	(240)
Dividendos adicionais propostos excedentes ao mínimo obrigatório	-	-	23.806	(23.806)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.178.015	45.255	294.715	-	3.517.985	39.812	3.557.797
Aumento de capital	971.767	-	-	-	971.767	-	971.767
Lucro líquido do exercício	-	-	-	25.931	25.931	-	25.931
Destinação do lucro líquido:							
Constituição da reserva legal	-	1.297	-	(1.297)	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	(247)	(247)	-	(247)
Dividendos adicionais propostos excedentes ao mínimo obrigatório	-	-	24.387	(24.387)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.149.782	46.552	319.102	-	4.515.436	39.812	4.555.248

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Americal S.A. ("Americal" ou "Companhia"), companhia de capital fechado constituída em 18 de fevereiro de 1997, foi a primeira empresa a vencer um processo de licitação para explorar, sob concessão da União, o serviço móvel celular - Banda B no Distrito Federal e nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Acre e Rondônia, por um prazo de 15 anos, renovável por igual período, a título oneroso e mediante o cumprimento das condições da concessão, sujeita à fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), e subordinada às normas que regulamentam a exploração do serviço móvel celular. O Contrato de Concessão é datado de 2 de julho de 1997. A Americal foi criada com o objetivo de: (a) elaborar o projeto, a execução, a implementação, a comercialização, a operação, a manutenção e a exploração de serviço de telefonia móvel celular e de outros serviços de telecomunicações a eles conexos; (b) a prestação de serviços de engenharia de telecomunicações; e (c) a importação, a exportação e a comercialização de bens e equipamentos relacionados com os serviços de telecomunicações e conexos. Em 3 de fevereiro de 2003, a Americal assinou Termo de Autorização com a ANATEL, em substituição ao Contrato de Concessão do Serviço Móvel Celular (SMC) para o Termo de Autorização do Serviço Móvel Pessoal (SMP), conforme norma de Adaptação dos Instrumentos de Concessão e de Autorização do SMC para o SMP, aprovado pela Resolução da ANATEL nº 318, de 27 de setembro de 2002, alterada pela Resolução da ANATEL nº 326, de 28 de novembro de 2002. Nos dias 18 e 19 de dezembro de 2007, a ANATEL realizou o leilão, referente ao processo de Licitação nº 002/2007/SPV, para novas faixas de radiofrequência destinadas à telefonia móvel de terceira geração (3G) (bandas F, G, I, J), nas frequências de 1,9 e 2,1 GHz, onde a Companhia adquiriu autorizações para a operação em sua área de concessão. O montante pago por essas autorizações, válidas para um período de quinze anos, prorrogável uma única vez por igual período, foi de R\$117.279, liquidado em abril de 2008. A assinatura dos Termos de Autorização correspondentes ocorreu em 29 de abril de 2008, conforme homologação dos resultados pelo Conselho Diretor da ANATEL. Em 30 de maio de 2011 a Companhia pagou à vista o valor de R\$34.303 do termo de autorização para uso das radiofrequências associadas ao Serviço Móvel Pessoal (SMP) com utilização até 30 de abril de 2023, sem exclusividade, referente ao processo de Licitação 002/2010/PVCP/SPV - ANATEL das subfaixas SE3 (1.725,0 a 1.727,5 MHz/1.820,0 a 1.822,5 MHz) e SE4 (1.727,5 a 1.730,0 MHz/1.822,5 a 1.825,0 MHz). As partes decidiram promover uma reorganização societária envolvendo as suas respectivas estruturas societárias, visando a otimização das participações societárias detidas pelo Grupo América Móvil no Brasil, com o objetivo de reduzir custos administrativos, captura de sinergias, incremento de sua competitividade e eficiência - em especial na comunicação e respostas ao órgão regulador - aprimoramento das práticas comerciais e aperfeiçoamento da rede de atendimento aos clientes. Os administradores da Claro e da Americal firmaram instrumento particular de protocolo de justificativa de cisão parcial com incorporação, visando implementar a cisão parcial da Americal, em síntese representada pela rede de Serviço Móvel Pessoal (SMP), com incorporação do acervo a ser cindido pela Claro, permanecendo na Americal a rede de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM). A cisão parcial visa melhor atender normas regulatórias das telecomunicações pela ANATEL, objetivo de aprovação por meio do Ato 1.129 de 29/02/2012, resultado na unificação das licenças para o SMP em único CNPJ, no caso a Claro que é detentora das licenças de telefonia móvel nas demais regiões do País. Os elementos do ativo e do passivo da Americal que compõem o acervo líquido cindido para criação da CLARO são representados, em resumo, pelos seguintes itens:

Balancos patrimoniais:

	30/09/12		
	Saldo	Cisão parcial	Saldo pós-cisão
Ativo circulante	770.337	530.021	240.916
Ativo não circulante corrente	400.802	78.262	322.540
Ativo não circulante permanente	5.363.357	662.928	4.700.429
Total do ativo	6.535.096	1.271.211	5.263.885
Passivo circulante	677.243	381.283	295.960
Passivo não circulante	307.085	-	307.085
Patrimônio líquido	5.550.765	889.225	4.660.840
Total do passivo	6.535.093	1.271.208	5.263.885

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações; avaliação da recuperabilidade dos ativos intangíveis; avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente; análise de risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, não superior a um ano. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras da Americal foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2013. Não foram demonstradas informações por segmentos, visto que a Companhia opera em um único segmento operacional de prestação de serviços de telefonia móvel celular. Os resultados da Companhia são acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. A Companhia adotou todos os pronunciamentos, pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. Em relação aos pronunciamentos IAS 12 (R) - Tributos sobre Lucro, IASB 17 (R) - Adoção Inicial das IFRS e IFRS 7 (R) - Instrumentos Financeiros - Divulgação, que foram revisados pelo IASB e passaram a ser aplicados pela primeira vez em 2012, os mesmos não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de 31 de dezembro de 2012. Em relação aos pronunciamentos IAS (R) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, IAS 19 (R) - Benefícios e Empregados, IAS 32 (R) - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros, IFRS 1 (R) - Adoção Inicial das IFRS, IFRS 7 (R) - Instrumentos Financeiros: Divulgação, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração, IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos, IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades, IFRS 13 - Mensurações do Valor Justo, IAS 27 (R) - Demonstrações Consolidadas e Separadas e IAS 28 (R) - Investimentos em Coligada e em Controlada, que foram emitidos (novos pronunciamentos) e/ou revisados pelo IASB anteriormente a 2012 e cujas aplicações passam a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, a Companhia avaliou que a adoção destes pronunciamentos não terá impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa: Estão representados por caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor de realização (Nota 4). **b) Contas a receber com terceiros, ligadas:** As contas de clientes dos serviços de telecomunicações são registradas no valor da tarifa na data da prestação do serviço. Incluem também serviços prestados e não faturados até a data dos balanços e as contas a receber decorrentes da venda de aparelhos celulares, simcards e acessórios. A provisão para devedores duvidosos é constituída com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação, cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir as eventuais perdas (Nota 6). **c) Estoques:** Representados substancialmente por aparelhos celulares, simcards, cartões pré-pagos e acessórios para venda, registrados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração (Nota 7). **d) Aplicação financeira:** As aplicações financeiras, são representadas por fundo de investimento classificado como Multimercado, resgatáveis em prazo superior a 90 dias. São demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor de realização (Nota 5). **e) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência (Nota 9). Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicados quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. A Companhia compensa os ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos se e somente se: (a) a entidade tem o direito legalmente executivo de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes; e (b) os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro líquido pela mesma autoridade tributária; (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendam liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados. Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços prestados, exceto quando os impostos sobre os serviços prestados incorridos na compra de bens ou serviços não foram recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre os serviços prestados é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar foram apresentados juntos

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
Receita operacional líquida (Nota 20)	1.496.888	1.720.894		
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas (Nota 21)	(949.966)	(1.054.577)		
Lucro bruto	546.922	666.317		
Recargas (despesas) operacionais:				
Comerciais (Nota 22)	(301.124)	(311.179)		
Gerais e administrativas (Nota 23)	(144.605)	(118.227)		
Resultado financeiro, líquido (Nota 24)	58.563	(56.301)		
Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 25)	(37.154)	(121.139)		
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	(12.804)	-		
	(437.124)	(607.446)		
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	109.798	58.871		
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 9)	(59.859)	(54.462)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9)	(24.008)	20.903		
Lucro líquido do exercício	25.931	25.312		
Lucro básico e diluído por lote de mil ações, em reais (Nota 19f)	0,46	0,45		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto o resultado por ação)

Lucro do exercício	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
Total dos resultados abrangentes	25.931	25.312		
Imposto de renda diferido	59.764	79.793		
Contribuição social diferida	225.774	301.440		

A Companhia elegeu por demonstrar os efeitos tributários de forma individual, não sendo requerida nenhuma divulgação adicional em nota explicativa.

significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros. A reclassificação para empréstimos, aplicações financeiras e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo e da intenção da administração. *Investimentos mantidos até o vencimento:* Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na receita recobrada financeira, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e bancos	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
Aplicações financeiras	1.400	2.679		
	154	275		
	1.554	2.954		

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as aplicações financeiras de curto prazo referem-se a operações de renda fixa junto à instituição financeira por meio de Certificados de Depósito Bancário - CDB, indexados à taxa de 98,5% a 102,5% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com liquidez imediata.

5. APLICAÇÃO FINANCEIRA

A aplicação financeira, que está registrada no ativo circulante está representada por quotas de fundo de investimento não exclusivo, classificado como Multimercado, com remuneração entre 98,5% e 101,1% do CDI. As aplicações financeiras classificadas como não circulante, são resgatáveis em prazo superior a 360 dias.

6. CONTAS A RECEBER COM TERCEIROS, LÍQUIDAS

Vendas de aparelhos celulares e acessórios	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
Serviços faturados	691	93.742		
Serviços não faturados	-	36.816		
Contas a receber circuitos	1.388	2.713		
Interconexão	-	52.354		
Total de vendas e serviços prestados	2.079	336.821		
(-) Provisão para devedores duvidosos	-	(56.122)		
	2.079	280.699		
Outros recebíveis	10	16.174		
	2.089	296.873		

A seguir apresentamos os montantes a receber, por idade de vencimento (*aging list*):

Vencidas:	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
A vencer	114	241.905		
de 1 a 30 dias	3	27.536		
de 31 a 60 dias	40	13.266		
de 61 a 90 dias	354	9.839		
de 91 a 120 dias	-	8.329		
de 121 a 150 dias	180	5.952		
de 151 a 180 dias	1.388	4.187		
há mais de 180 dias	-	25.807		
	2.079	336.821		

A movimentação da provisão para devedores duvidosos é como segue:

Saldo inicial	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
Provisão constituída (Nota 21)	40.612	35.815		
Provisão constituída (Nota 21)	(57.642)	-		
Provisão constituída (Nota 21)	(39.092)	(25.382)		
Saldo final	-			



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

As licenças de concessão referem-se ao direito de exploração do serviço móvel celular. O prazo para exploração é de quinze anos renováveis por igual período a título oneroso e mediante o cumprimento das condições da concessão, sujeita à fiscalização da Anatel e subordinadas às normas que regulamentam a exploração do Serviço Móvel Pessoal. Os Termos de Autorização do Direito de Uso de Radiofrequência de 850, 900 e 1800 MHz da Companhia para os estados de Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Rondônia e Acre e no Distrito Federal expiram em Julho de 2012 e os de terceira geração 3G expiram em Abril de 2023.

13. FORNECEDORES DE MATERIAIS E SERVIÇOS

	2012	2011
Fornecedores nacionais de materiais e serviços	25.041	320.722
Interconexão e roaming	-	32.677
Co-billing	-	9.166
Outros	-	60
	25.041	362.625

14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2012	2011
ICMS a recolher	721	64.771
PIS e COFINS a recolher	505	5.705
FISTEL	-	6.404
Parcelamento Lei nº 11.941/09	3.651	42.570
Outros	3.267	6.248
	8.144	125.696

A Companhia optou por incluir no parcelamento especial, previsto na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, débitos federais e previdenciários referentes aos tributos IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e INSS. Os débitos foram consolidados em 29 de junho de 2011 e os montantes atualizados em 31 de dezembro de 2012 foram de R\$3.651 (R\$42.570 em 31 de dezembro de 2011), que estão registrados no passivo da Companhia nas rubricas de impostos, taxas e contribuições a pagar. A Administração baseou-se nas relevantes reduções para pagamento a prazo instituídas pela Lei nº 11.941/09, dentre as quais se destaca a redução de 80% dos valores relativos à multa de ofício e de mora e para os débitos previdenciários uma redução de 90%. Além das reduções legais acima apresentadas, a referida Lei também possibilita o abatimento dos valores relativos aos juros de mora e multas de mora e ofício com a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido próprio.

15. OBRIGAÇÕES LEGAIS VINCULADAS A PROCESSOS JUDICIAIS

a) Composição:

	2012	2011
Tributárias	243.025	199.655
Cíveis/Consumidores	4.049	1.446
Trabalhistas	1.781	2.813
Regulatório	10.301	2.610
	259.156	206.724

b) Movimentação:

	Tributárias	Cíveis/Consumidores	Trabalhistas	Regulatório	Total
Saldos em 31/12/2011	199.655	1.446	2.813	2.810	206.724
Adições	23.523	17.024	1.849	7.818	50.214
Baixas	(11.047)	(14.421)	(2.881)	(327)	(28.676)
Atualização monetária	30.894	-	-	-	30.894
Saldos em 31/12/2012	243.025	4.049	1.781	10.301	259.156

c) Integração dos depósitos judiciais (registrados no ativo não circulante):

	2012	2011
Tributárias	43.318	28.934
Trabalhistas	8.015	3.027
Cíveis	10.267	15.362
Regulatório	1.565	618
	63.165	47.941

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza tributária, cível, regulatória e trabalhista. A Administração, subsidiada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomadas em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas. As principais contingências são como segue: i) **Tributárias: PIS e COFINS:** A Companhia possui contingência relacionada a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e outras exclusões na base de cálculo dessas contribuições no valor total de R\$176.164 (R\$148.610 em 2011). Foi constituída provisão no valor integral da contingência. **ICMS:** A Companhia possui autuações fiscais em razão da não tributação de operações e/ou serviços entendidos pela companhia como não sujeitos a incidência do ICMS bem como em razão da glosa de determinados créditos. A Companhia registrou provisão para contingências no valor de R\$22.137 (R\$11.518 em 2011). **Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública - EBC:** A Companhia possui contingência relacionada a exigência da referida contribuição no valor total de R\$43.322 (R\$28.934 em 2011). Foi impetrado Mandado de Segurança visando questionar a legalidade da contribuição e os valores supostamente devidos estão depositados judicialmente. **Outras contingências tributárias:** A Companhia possui ainda outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo PIS/COFINS e FUST/FUNTEL. A Administração da Sociedade e das controladas. Em dezembro de 2012, o montante é de R\$1.402 em 2012 (R\$10.593 em 2011). Este valor é atualizado mensalmente pela taxa Selic. **Perdas possíveis:** A Companhia tem processos tributários envolvendo riscos de perda classificados com base na opinião dos seus consultores jurídicos como possíveis, para os quais não foi constituída provisão para contingências: **ICMS:** A Companhia recebeu diversas autuações fiscais que totalizam R\$765.552 (R\$744.299 em 2011), cujos principais pontos são: i) suposto descumprimento de obrigações acessórias; ii) ICMS sobre estorno de débito; iii) crédito de ICMS sobre energia elétrica; iv) substituição tributária, entre outros. Este valor é atualizado mensalmente pela taxa Selic. **PIS e COFINS:** A Companhia possui contingência de PIS/COFINS no valor total de R\$453.060 (R\$406.085 em 2011), decorrente substancialmente de glosas de compensações e supostas insuficiências de recolhimento em razão de glosa de créditos e supostos equívocos na apuração da base de cálculo. **FUST/FUNTEL:** A companhia possui autuações da ANATEL visando a exigência de FUST na Controladora e Consolidada no valor de R\$74.279 (R\$79.361 em 2011), principalmente em razão da exclusão das receitas de interconexão da base de cálculo do FUST. A Companhia possui ainda autuações fiscais do Ministério das Comunicações exigindo o recolhimento do FUNTEL no valor de R\$69.664 em 31 de dezembro de 2012. **TFI: Taxa de Fiscalização e Instalação:** A Companhia possui contingência referente ao não recolhimento da TFI supostamente devida em razão das renovações das licenças de direito de uso de radiofrequências no valor total de R\$253.774. Referida contingência é avaliada como possível pelos consultores jurídicos da companhia. **Outras contingências tributárias:** A Companhia possui ainda outras contingências fiscais referentes a questões envolvendo INSS, ISS, IOF, Imposto de Importação e IR. A administração da Companhia e seus consultores jurídicos avaliam como possível a perda dessas causas. Em dezembro de 2012, o montante é de R\$36.231 em 2012 (R\$32.607,90 em 2011). Este valor é atualizado mensalmente pela taxa Selic. ii) **Regulatórias: PADOS - Procedimentos para apuração de descumprimento de obrigação (Anatel):** A Companhia discute sobre as penalidades atribuídas em diversos procedimentos de apuração de descumprimento de obrigação (PADO) instaurados pela Anatel. Os processos se encontram em andamento dentro dos trâmites previstos pelo Regulamento Interno da Anatel e demais regulamentações pertinentes. Em 31 de dezembro de 2012, com base na opinião dos consultores jurídicos internos regulatórios da Companhia, foi constituída provisão para contingência de R\$10.302 (R\$2.810 em 2011), referente aos processos com a probabilidade de perda provável. iii) **Cíveis e trabalhistas:** Inclui diversas demandas cíveis e trabalhistas, tendo sido contabilizada provisão conforme demonstrado anteriormente, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos. Em relação às demandas cuja possibilidade de perda é classificada como possível, o valor envolvido é de R\$148.427 (R\$53.673 em 2011), para as demandas cíveis

e de R\$14.871 (R\$5.766 em 2011), para as demandas trabalhistas. **Caso Patente Lune:** A Companhia Lune Projetos Especiais em Telecomunicações Ltda. reclama que as operadoras de celular violaram suas patentes relativas à tecnologia para identificação de chamadas. O reclamante inicialmente promoveu o caso de violação de patente na 2ª Vara Cível da Comarca de Brasília, contra a Americel e posteriormente, como parte dos procedimentos alternativos, promoveu ações contra outros 23 demandados, incluindo todas as companhias do Grupo Claro. Embora a administração acredite que a patente não cubra a tecnologia utilizada pela Companhia para fornecer os serviços de identificação de chamadas, a Companhia não logrou êxito em primeira instância e na primeira apelação. Depois que a sentença foi pronunciada, a Justiça na Comarca do Rio de Janeiro, em uma ação movida por um fornecedor de tecnologia de identificação de chamadas concedeu uma liminar suspendendo os efeitos da patente. Em 21 de março de 2012, a empresa Lune, mediante seus representantes legais, registrou perante um cartório público um ato jurídico que contém uma irretroatável e irrevogável renúncia ao direito sobre todas as reclamações que apresentou contra Americel S.A. relacionadas à tecnologia de identificação de chamada. Além disso, protocolou petição na ação em referência, a fim de que realmente sejam produzidos os efeitos jurídicos referidos no artigo 269, V, do Código de Processo Civil Brasileiro (renúncia ao direito em que é baseada a ação). Assim, em decorrência da renúncia ao direito sobre todas as reclamações que apresentou contra Americel S.A. relacionadas à tecnologia de identificação de chamada, a empresa não precisa reconhecer os passivos contingentes a partir de agora em relação a esse processo.

16. PROVISÃO PARA DESCONTINUIDADE DE ATIVOS

A Companhia mantém registrado provisão para obrigações decorrentes de descontinuidade de ativos pelo seu valor presente, que consiste na capitalização dos custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros. A depreciação dos valores ativados é calculada com base na vida útil dos ativos. Esta capitalização tem como contrapartida uma provisão das obrigações decorrentes de descontinuidade de ativos, descontada ao valor presente de modo a refletir a melhor estimativa corrente, prática em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingente. Em 31 de dezembro de 2012, o montante registrado é de R\$23.708 (R\$19.500 em 31 de dezembro de 2011) a débito no ativo na rubrica de imobilizado, líquido da depreciação correspondente e o montante de R\$61.264 (R\$46.838 em 31 de dezembro de 2011) a crédito no passivo, na rubrica de provisão para descontinuidade de ativos no passivo não circulante. Em 31 de dezembro de 2012 as obrigações decorrentes de descontinuidade de ativos foram registradas pelo seu valor presente. As taxas de descontos utilizadas refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos da Companhia. A taxa de desconto foi estimada com base no custo médio ponderado de capital para o segmento, sendo de 10,5% em 2012 (12% em 2011). Em decorrência desse procedimento, foram registradas despesas financeiras de R\$5.918 (R\$3.826 em 31 de dezembro de 2011) na demonstração do resultado.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Recursos financeiros/mútuos:

	2012		2011	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Claro S.A.	-	-	-	-
Claro Telecom Participações S.A.	-	109.886	-	109.886
AM Telecom Americas S.A. de C.V.	-	1.522	-	1.522
América Móvil S.A.B de C.V.	-	-	-	-
Radiomóvil Dipsa S.A. de C.V.	-	-	-	-
Sercotel S.A. de C.V.	-	6.804	-	6.804
Total do circulante	-	118.212	-	118.212
Claro Telecom Participações S.A.	3.962	-	3.962	-
Total do não circulante	3.962	-	3.962	-
Total	3.962	182.683	3.962	247.267

As transações com a Claro S.A. são transações comerciais e as transações com a Claro Telecom Participações referem-se a dividendos a pagar e transações financeiras, as quais não possuem atualização monetária e prazo de vencimento. Em 11 de junho de 2008, a Companhia e a empresa ligada Claro S.A., através de Assembleia Geral, constituíram o Instituto Claro, que tem por objetivo a promoção do desenvolvimento social no Brasil, por meio de ações que contribuem para o incremento da educação, para a realização de atividades artísticas, culturais e desportivas, para o fomento da ciência e para preservação e conservação do meio ambiente.

Venda de mercadorias e outros

	2012		2011	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Embratel S.A.	47	-	124.047	-
Procosa S.A. de C.V.	-	-	-	18.290
Cablenda do Brasil Ltda.	-	2.016	(1.563)	-
Claro S.A.	-	62.455	(148.256)	-
Total do circulante	47	64.471	(25.772)	19.185

Os saldos de contas a receber e a pagar de vendas de mercadorias referem-se, basicamente, à compra e venda de aparelhos e acessórios, aluguel de circuito e à interconexão. Essas transações são mantidas a valor de mercado. Durante o exercício de 2012, a Companhia efetuou compra e venda de aparelhos celulares com a parte relacionada Claro S.A., no montante de R\$8.573 (R\$9.861 em 2011) e R\$120.208 (R\$12.078 em 2011), respectivamente, em preços similares àqueles praticados com terceiros. O prazo médio para pagamento dessas transações é de 60 dias. A partir de 2010, a Claro S.A. abriu filial no Distrito Federal, cessando as compras de aparelhos com a Americel S.A. **Participação dos empregados nos resultados:** São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas em contas específicas nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Vendas e Despesas Gerais e Administrativas. **Ratão de gastos corporativos e uso da marca (Claro e Americel):** Como melhoria da qualidade de gestão e informação gerencial, a partir de janeiro de 2006, a Administração da Companhia decidiu unificar processos e tarefas, centralizando as áreas financeira e comercial no Centro Administrativo de São Paulo por meio da empresa ligada Claro S.A. Em setembro de 2006, foi firmado entre as empresas Americel e Claro S.A. um Acordo para Rateio de Despesas corporativas incorridas. O objetivo desse acordo é permitir o compartilhamento dos recursos e obtenção de sinergias e assegurar os repasses das despesas corporativas respectivas. Durante o ano de 2012, a Americel registrou o montante de R\$138.048 (R\$117.675 em 31 de Dezembro de 2011) a título de despesas de atendimento a clientes e de despesas corporativas, registrados contabilmente no resultado do exercício nas rubricas de custos de serviços prestados R\$20.191, despesas administrativas R\$62.406 e despesas comerciais R\$55.451. Adicionalmente durante o ano de 2008, a Companhia e a Claro S.A., firmaram o contrato de licença para uso pela Americel, de diversas marcas de propriedade da Claro S.A., para identificar os serviços de telecomunicações prestados pela Americel no território brasileiro. O valor a ser cobrado é calculado com base em percentual da receita líquida de prestação de serviços auferida pela Americel durante o ano. O prazo deste contrato será de cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos. Em 2012 a Companhia reconheceu despesa no valor de R\$14.501 (R\$17.229 em 2011), sendo estes valores mantidos em contas a pagar em 31 de dezembro de 2012 e 2011 respectivamente. **Mútuos Financeiros:** Durante o ano de 2012, a Companhia e a Claro S.A., firmaram contratos de mútuo de acordo com o previsto nas normas editadas pelo Banco Central do Brasil. Sobre o saldo devedor do principal ocorreram juros anuais de 102% (cento e dois por cento) dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI (a "Taxa de Juros"), os quais foram calculados pro rata a partir da data de cada contrato até o dia da efetiva liquidação da dívida ("encargos"). Em 2012 a Companhia reconheceu receitas no valor de R\$3.121.

18. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Durante os exercícios de 2012 e 2011, as remunerações dos administradores totalizaram R\$412 e R\$648, respectivamente.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A composição do capital social da Companhia é como segue:

	Quantidade de Ações em			
	2012		2011	
	Ordinárias Nominativas	Preferenciais Nominativas	Ordinárias Nominativas	Preferenciais Nominativas
Claro S.A.	56.004.204.073	824.797.150	34.950.196.149	294.457.304
Claro Telecom Participações S.A.	-	-	19.554.908.717	177.381.096
Sercotel S.A. de C.V.	-	-	1.223.628.436	-
AM Telecom Americas S.A. de C.V.	-	-	275.462.898	-
BNDESPAR	-	-	-	132.689.911
Outros	-	-	2.959	31
	56.004.204.073	824.797.150	56.004.199.159	604.528.342

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2012 foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$25.311.968, da seguinte forma: (i) constituição de Reserva Legal no montante de R\$1.265.598; (ii) distribuição aos acionistas titulares de ações preferenciais classe B do dividendo fixo de R\$0,01 para cada lote de 10.000 (dez mil) ações preferenciais classe B, conforme previsto no art. 5º, parágrafo 5º do Estatuto Social da Companhia, totalizando o valor bruto de R\$132.69; (iii) distribuição aos acionistas titulares de ações ordinárias e ações preferenciais classe A, na forma de dividendo obrigatório, do valor total bruto de R\$240.463; (iv) os acionistas presentes deliberaram ainda pela aprovação da proposta de orçamento preparada para Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração para o exercício de 2012, a retenção de parcela de lucro líquido no valor de R\$23.805.773. a) **Reserva legal:** A legislação societária brasileira determina que as sociedades anônimas criem uma reserva de até 20% do valor total do capital. Antes dos lucros serem distribuídos, as sociedades anônimas devem apropriar 5% do lucro líquido do exercício, limitado àquele percentual. b) **Direito das ações:** A Companhia possui ações ordinárias e preferenciais de Classe A e B. Cada ação ordinária concede direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais de classe A não têm direito a voto, gozando de prioridade no reembolso do capital sem prêmio e, quanto aos demais direitos, são assegurados os mesmos atribuídos às ações ordinárias. As ações preferenciais da Classe B participam em igualdade de condições com as ações ordinárias: (a) no recebimento dos dividendos e (b) nos aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas de lucros, sendo-lhes assegurado ainda direito integral a todas as bonificações, desdobramentos e outras distribuições que venham a ser atribuídos, a partir da data de subscrição, às ações ordinárias. As bonificações atribuídas às ações preferenciais serão sempre em ações de mesma espécie e classe. As ações preferenciais da Classe B têm as mesmas características das ações preferenciais da Classe A, remuneradas por um dividendo fixo de um centavo de real por lote de dez mil ações. c) **Dividendos:** Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, será distribuído aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório de 1%, compensados os dividendos que tenham sido declarados no exercício e procedidos os ajustes de que trata o artigo 202 da Lei nº 6.404/76;

Lucro líquido do exercício

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	25.931	25.312
Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº 6.404)	(1.297)	(1.266)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	24.634	24.046
Dividendo proposto - 1%	247	240

d) **Recursos de acionistas para futuro aumento de capital:** Durante o ano de 2005, a acionista Claro Telecom Participações S.A. converteu parte da dívida que detinha contra a Companhia, no montante de R\$99.162, em adiantamento para futuro aumento de capital e posteriormente efetuou a capitalização do montante de R\$59.350, restando R\$39.812 na rubrica de recurso de acionista para futuro aumento de capital. Sobre esses recursos não incidem juros nem atualização monetária. e) **Proposta de distribuição de dividendos adicionais:** Conforme a modificação introduzida pela Lei nº 11.638/07, o lucro líquido do exercício deverá ser destinado de acordo com os artigos 193 e 197 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2012, o lucro remanescente, foi transferido para a conta de proposta de distribuição de dividendos adicionais, até que sua destinação seja deliberada na próxima Assembleia Geral Ordinária. f) **Lucro por ação:**

	2012	2011
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da companhia	25.555	24.945
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	376	367
Lucro disponível aos acionistas ordinários	25.931	25.312

Denominador (em milhares de ações)

	2012	2011
Média ponderada do número de ações preferenciais	56.004.204	55.787.127
Média ponderada do número de ações ordinárias	824.797	821.600
	56.829.001	56.608.727

Resultado básico e diluído por ações (lote de mil ações)

	2012	2011
Ação preferencial	0,46	0,45
Ação ordinária	0,46	0,45

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não há diferença entre o cálculo de lucro por ação básico e diluído em função da inexistência de ações ordinárias potenciais dilutivas.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2012	2011
Serviços pós-pagos	467.887	548.043
Serviços pré-pagos	425.601	483.158
Tarifa de uso de meios	488.887	540.973
Roaming	26.673	30.610
Venda de aparelhos e acessórios	87.940	118.110
Receita operacional líquida	1.496.888	1.720.894

21. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2012	2011
Mão de obra própria	(16.539)	(16.453)
Serviços contratados com terceiros	(45.610)	(33.820)
Aluguéis	(46.692)	(42.586)
Meios de conexão	(29.406)	(30.844)
Taxas e contribuições	(131.207)	(136.183)
Amortização da concessão	(44.206)	(41.034)
Depreciação da rede	(170.347)	(192.428)
Interconexão	(255.667)	(301.066)
Outros	(17.250)	(21.701)
Custo dos serviços prestados	(756.924)	(816.115)
Custo dos aparelhos e acessórios vendidos	(193.042)	(238.462)
	(949.966)	(1.054.577)

22. DESPESAS COMERCIAIS

	2012	2011
Mão de obra própria	(54.369)	(66.118)
Serviços contratados com terceiros	(92.312)	(81.092)
Aluguéis	(7.262)	(7.038)
Publicidades	(35.900)	(36.183)
Comissões	(52.575)	(69.585)
Devedores duvidosos (Nota 6)	(40.612)	(35.815)
Outros	(18.094)	(15.348)
	(301.124)	(311.179)

23. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2012	2011
Mão de obra própria	(21.066)	(21.800)
Serviços contratados com terceiros	(52.563)	(72.599)
Taxas e contribuições	(55.613)	(10.229)
Depreciação e amortização	(3.231)	(4.806)
Outros	(12.132)	(8.433)
	(144.605)	(118.227)

24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2012	2011
Receitas financeiras:		
Receita de aplicação financeira	116.485	32.566
Juros sobre mútuos	3.121	2.584
Tarifas	4.567	-
	124.173	35.150
Despesas financeiras:		
Varição cambial	(18.132)	(141)
Juros sobre impostos	(35.026)	(75.335)
Juros sobre fornecedores	(6.582)	(7.071)
Tarifas	-	(3.482)
Outros	(5.870)	